

Recentemente, têm-se observado, para grande surpresa de todos e, até, certo receio, as repercussões em torno da expansão do ensino superior, sobretudo em relação aos cursos de Direito e Medicina.

Impedir a abertura de novas vagas, novas turmas e novos cursos é, no mínimo, abraçar o corporativismo; é impedir que boa parte da população alcance um nível de escolaridade mais elevado; é impedir que a sociedade brasileira seja capaz de argumentar, dialogar e expor suas opiniões sem ter que passar pelo crivo das categorias de classe.

Não se quer com isso fazer a apologia do mercantilismo educacional, nem retirar das entidades de classe o seu papel de resguardar os interesses associados à profissão específica. Mas é fato comprovado por pesquisas realizadas no setor educacional a defazagem do povo brasileiro em relação aos nossos irmãos latinos quando se trata de educação. O que se dirá, então, em relação aos países de Primeiro Mundo!...

É claro que cabe apenas ao MEC, órgão oficial, autorizar ou não a abertura de novos cursos.

Particularmente, indigna a todo cidadão ver a elite - ou, pior, a pseudo-elite - achar que não se deve dar aos menos afortunados a chance de ter acesso à informação, ao conhecimento, à cultura e ao saber. O que se ganha com isso? Ah, respostas especulativas certamente apareceriam caso essa pergunta ecoasse na mídia! O grande problema é que essa tal "elite" não quer tirar a máscara do corporativismo e, assim, acabará ficando cega pela ganância e pelo poder.

Atribuir à expansão da educação a responsabilidade pela má qualidade do ensino é descalçar as sandálias da humildade e fazer vistas grossas à realidade ou ouvidos de mercador. Ora, quem são os tutores desses bacharéis recém-formados, acusados de incompetentes por não passarem nos exames das entidades de classe? Quem, em sua grande maioria, utiliza-se da carreira docente como "bico" para esconder sua incompetência profissional? As escolas, seja em que grau for, não forma profissional competente porque não ensina competência. Ela capacita o profissional. Quem é competente, é competente, e pronto! Seja em que área for.

Fechar as chamadas faculdades "caça-níqueis" é necessário, e é incumbência do MEC. Mas daí a punir os alunos que por 4 ou 5 anos dispenderam tempo, dinheiro, empenho, suor, noites sem dormir, dias afastados de suas famílias é aviltante.

Os Conselhos e Ordens podem, e devem, cobrar das instituições mais empenho e qualidade, principalmente por intermédio de provas que meçam a capacidade do profissional, e até questionar sua habilitação para a profissão. Mas o que não podem é ser mais realistas que o rei ao quererem fechar cursos de graduação.

Os donos da lei

Escrito por Marco Túlio Rodarte Cardoso

Qua, 14 de Abril de 2004 21:00
